

[Download PDF](#)

Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 04 de abril de 2025

edição 1.765

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Leilão de Reserva de Capacidade](#) | [RenovaBio](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

MME DECIDE CANCELAR LEILÃO DE CAPACIDADE E RECOMEÇAR PROCESSO "DO ZERO"

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

O MME (Ministério de Minas e Energia) decidiu cancelar a realização do LRCAP (Leilão de Reserva de Capacidade) marcado para 27 de junho. A ideia é recomençar o certame "do zero", com a realização de uma nova CP (Consulta Pública), disseram fontes da pasta à **Agência iNFRA**. A portaria revogando as diretrizes para a realização do leilão [foi publicada](#) no DOU (Diário Oficial da União) de hoje.

Com isso, em breve o MME publicará uma portaria para abertura da CP sobre o Fator A, variável que diz respeito ao nível de flexibilidade das usinas. Os prazos de contribuição devem ser enxutos, informaram fontes, para que seja possível realizar o leilão ainda em 2025.

A decisão foi tomada nesta quarta-feira (3) após aval do ministro Alexandre Silveira, sendo motivada pela guerra judicial entre grupos econômicos contra a modelagem do LRCAP. Na avaliação do ministério, as disputas estavam impedindo o andamento do leilão, sendo considerado a melhor alternativa reiniciar o processo com uma nova CP.

Prazos

Em um cenário considerando os prazos normais de uma CP, o leilão atrasaria em seis meses, contados a partir da data da atual concorrência. Isso abriria margem para que a concorrência só fosse realizada em 2026. Por isso, o governo tentará acelerar o processo para que ocorra com o menor atraso possível.

O atraso se deve ao tempo necessário para envio de contribuições, análise das sugestões pelo MME, publicação de nova portaria, reabertura de cadastramento para habilitação técnica e ajustes no edital, que já está na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Onda de judicialização

O cancelamento ocorre na esteira da onda de judicialização que envolve o certame. A ideia é debater em nova CP especialmente o Fator A, ponto mais questionado. Duas liminares contra esse critério já foram concedidas pela Justiça, inclusive no sentido de suspender a regra até a realização de consulta pública.

Diante das liminares já expedidas, tanto para suspensão do Fator A como para aumento do teto do CVU (Custo Variável Unitário), a avaliação dentro do governo é que a realização do LRCAP no modelo em que foi planejado ficou inviável, o que poderia resultar em uma contratação de energia mais cara por imposição judicial.

Além disso, há o entendimento no setor de que a realização do leilão nos moldes atuais levaria a novas e mais extensas judicializações após o resultado da concorrência.

A ideia de cancelar ou adiar o leilão atual inclusive já vinha sendo defendida publicamente pela Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres), que enviou carta ao MME sugerindo a realização de nova consulta pública para aprimorar regras diante de tantos questionamentos na Justiça.

“Derrota para o sistema”

Agentes do setor avaliam que a possibilidade do LRCAP ocorrer apenas em 2026 representa uma “derrota para o sistema” elétrico. Isso porque o cenário que se desenha demonstra um crescimento da necessidade de contratação de potência para atender os consumidores em horário de pico, conforme explicam especialistas. Por outro lado, várias térmicas estão ficando descontratadas.

Havia uma expectativa por parte do segmento de que a necessidade de nova consulta pública não “reiniciasse” o leilão do zero, e apenas adiasse o certame em pouco tempo. O temor maior entre os agentes térmicos é que o leilão, esperado desde 2023, acabe ficando apenas para 2026.

Por outro lado, há quem veja o cancelamento como o correto a ser feito. O presidente do conselho da Absae (Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia), Markus Vlasits, avalia que o LRCAP passou por uma metamorfose desde sua primeira realização, em 2021. Ele ainda aponta que a sistemática de 2025 trouxe inovações não muito bem assimiladas, como a do Fator A.

“Colocaram uma pitadinha de sustentabilidade, para ter biocombustíveis. Mas os agentes de biocombustíveis não concordaram com o teto de CVU, processaram o governo e foi para um teto surreal. E queriam equilibrar entre CVU a uma duração de despacho mais curto e mais longo, olhando as condições de flexibilidade. E tudo isso cai por terra”, afirmou.

Oportunidade para baterias

No entendimento da entidade, seria interessante se o governo contratasse potência apenas de baterias em 2025. Desde a construção do certame, a associação defendia a contratação apenas de térmicas existentes e de sistemas de armazenamento: “Incomodou-nos muito o MME querer contratar térmicas novas, é totalmente inaceitável”, disse Vlasits à **Agência iNFRA**.

O executivo rechaçou a possibilidade de a “briga de liminares” que ocorre no LRCAP influenciar no leilão previsto para os sistemas de armazenamento. Segundo ele, o segmento está preparado para atender a demanda e não há grandes debates como o do CVU (Custo Variável Unitário), que ocorre com as térmicas, por exemplo. “Seria um caos se o LRCAP térmico infectasse o LRCAP de baterias”, afirmou.

RENOVABIO: NOVO DECRETO DEVE ELEVAR TETO DE MULTAS POR FRAUDES DE R\$ 50 MI PARA R\$ 500 MI

Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

Decreto elaborado pelo MME (Ministério de Minas e Energia) para regulamentar o RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis) aumenta o teto de multa contra fraudes de R\$ 50 milhões para R\$ 500 milhões. A [proposta de decreto](#) foi encaminhada pelo ministro Alexandre Silveira à Presidência da República nesta quinta-feira (3) para atender às mudanças introduzidas pela Lei 15.082/2024.

A minuta também aumenta a fiscalização da mistura do biodiesel ao diesel fóssil. As distribuidoras terão que comprovar seus estoques próprios e de terceiros, “permitindo um controle mais eficiente da mistura obrigatória”. Em caso de inconsistências, os distribuidores serão incluídos em uma lista pública de irregularidades e terão o fornecimento de combustível suspenso até a comprovação da adequação de seus estoques.

O texto ainda traz a responsabilização de distribuidores de combustíveis pelo descumprimento de metas de descarbonização.

I | DIÁRIO OFICIAL

LRCAP suspenso - do MME (Ministério de Minas e Energia) revoga portarias que tratam das diretrizes para a realização do LRCAP (Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência) 2025.

Outorga de hidrelétricas - da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) homologam o prazo de extensão da outorga da usina hidrelétrica Amador Aguiar II e de usinas hidrelétricas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

Taxa de fiscalização - da ANEEL fixa a TFSEE (Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica) relativa ao mês de março de 2025.

Tarifa social - da ANEEL aprova o Manual de Repercussão da Tarifa Social de Energia Elétrica para o ano de 2025.

Operação em teste - da ANEEL autorizam início da operação em teste de usinas geradoras localizadas no Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco.

Crédito extraordinário - O Congresso Nacional por 60 dias o prazo de vigência da MP (Medida Provisória) 1.281, de 23 de dezembro de 2024, que trata da abertura de crédito extraordinário no valor total de R\$ 233,2 milhões em favor dos ministérios de Minas e Energia, de Portos e Aeroportos e do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Aproveitamento hidrelétrico - da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) declara reservada à ANEEL a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante e eventuais vazões destinadas a mecanismos de transposição de peixes e de embarcações, além de vazões remanescentes em eventual trecho de vazão reduzida. As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica do aproveitamento hidrelétrico da PCH Açungui 2G, no município de Campo Magro (PR).

i | AGENDA

Lula - O presidente da República viaja à Terra Indígena Capoto/Jarina, no Pará, para encontro privado com o cacique Raoni Metuktire e participação em cerimônia para ser homenageado e para condecorar o cacique com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito. No fim do dia, Lula viaja para São Paulo.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (4) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda cumpre agenda em seu gabinete em São Paulo. Às 11h, reúne-se com o presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), João Pedro Nascimento. Às 15h, tem reunião com o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes.

i | MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Senado Federal

- **Aumenta a pena para o furto de cabos de energia e telefonia:** Aprovado o parecer na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

- **Cria o Programa de Aproveitamento dos Reservatórios das Usinas Hidrelétricas para a geração de energia elétrica a partir de painéis solares fotovoltaicos:** Devolvido pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO), para redistribuição.

- **Dispõe sobre compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica:** Devolvido pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), para redistribuição.

- **Cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica:** Apresentação do parecer na CI (Comissão de Infraestrutura).

Câmara dos Deputados

- **Institui o Programa de Energia Renovável para Agricultura Familiar e para Consumidores de Baixa Renda:** O deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA) foi designado relator da proposta na CME (Comissão de Minas e Energia).

- **Permite a criação de postos de combustível multimarcas:** O deputado Gilson Marques (Novo-SC) foi designado relator da proposta na CDC (Comissão de Defesa do Consumidor).

- **Dispõe sobre a adoção de sistema de ar condicionado alimentado por energia solar fotovoltaica na construção de novas salas de aula de instituições de ensino públicas:** O deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA) foi designado relator da proposta na CME (Comissão de Minas e Energia).

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Câmara dos Deputados

- Exclui a exceção para a indústria de refino de petróleo localizada na Zona Franca de Manaus.



CEO Vitor Saback - A Paranapanema anunciou nesta quinta-feira (3) que o ex-secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback foi eleito diretor-presidente da companhia. Saback foi exonerado da pasta a pedido ainda nesta quarta-feira (2). Leia o fato relevante publicado pela empresa [neste link](#).

Encontro com parlamentares - O Ministério de Minas e Energia [coordenou](#), nesta quinta-feira (3), o Encontro de Deputados da Comissão de Minas e Energia. No evento, realizado na sede da Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR), foi debatido o futuro da matriz energética brasileira, com destaque para a segurança do abastecimento e o desenvolvimento sustentável.

Transição e segurança energética - O Ministério de Minas e Energia realizou, nesta quinta-feira (3), a reunião inaugural do Comitê Gestor do Diálogo para Transição e Segurança Energética e Minerais Estratégicos, estabelecido pelos presidentes do Brasil e da França. O tema do debate foi a política energética nesses países e temas relacionados a biocombustíveis, hidrogênio, energia nuclear, gás natural e biogás. Mais informações [neste link](#).

Hidrogênio natural - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) publicou, nesta quinta-feira (3), seu primeiro fact sheet sobre hidrogênio natural. O documento consolida informações técnicas sobre o tema e destaca o potencial do hidrogênio natural na matriz energética brasileira. Acesse a íntegra [neste link](#).

Eficiência energética - A EDP, distribuidora de energia do Espírito Santo, divulgou o resultado da Chamada Pública de Eficiência Energética, com investimento de mais de R\$ 2,86 milhões, a fim de promover o uso eficiente e sustentável da energia elétrica. Saiba mais informações [neste link](#).

Luz para Todos no Xingu - A EPE [participou de encontro](#) no território indígena do Xingu para discutir a implementação do Programa Luz para Todos. O evento foi realizado entre 26 e 28 de março e teve a presença de lideranças de 12 etnias do Baixo, Médio, Alto e Leste do Xingu.

Comitiva da Adelat - A EPE recebeu, na última quarta-feira (2), uma comitiva da Adelat (Associação das Distribuidoras de Energia Elétrica Latino-Americanas). A entidade conta com 22 membros de nove países e atua em geração de conhecimento, construção de alianças e inserção na agenda pública. Leia mais [aqui](#).

Energia solar no STF - O STF (Supremo Tribunal Federal) [inaugurou](#), nesta quinta-feira (3), uma usina fotovoltaica que responderá por 7,6% do consumo do Anexo II do tribunal. Com a instalação, haverá uma economia anual de R\$ 191 mil na conta de luz. A iniciativa faz parte de Acordo de Cooperação Técnica entre o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a Neoenergia Distribuição.

Nota de crédito da Petrobras - A Petrobras [informou](#), nesta quinta-feira (3), que a agência de classificação de risco Fitch reafirmou a nota de crédito da estatal na escala global em 'BB', com perspectiva estável. Na escala nacional, foi reafirmado o rating 'AAA'.

Captura de carbono - A Petrobras e a Braskem assinaram acordo, na última sexta-feira (28), para a realização de estudos de captura e armazenamento de carbono na Bahia. Com isso, elas passam a buscar, juntas, oportunidades comerciais alinhadas às suas estratégias de diversificação e descarbonização competitiva. Leia mais [neste link](#).

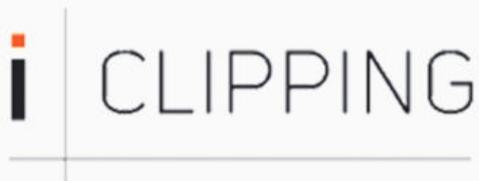
Veículos elétricos - O Brasil é líder na intenção de compra de veículos elétricos na América Latina, segundo pesquisa da PwC sobre a mobilidade elétrica. Os dados mostram que 75% dos consumidores brasileiros gostariam de adquirir veículos elétricos até 2029. O percentual supera a média global, que é de 62%.

Troca na TAG - A TAG (Transportadora Associada de Gás) anunciou a nomeação de Tomaz Guadagnin como novo diretor-presidente da companhia, no lugar de Gustavo Labanca, que retorna à Engie como managing director da Linha de Negócios de Infraestrutura do Grupo do Brasil.

Margem Equatorial - O ministro Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional) [defendeu](#) novamente a exploração de óleo e gás natural na Margem Equatorial, na costa do Amapá. O ministro falou em entrevista à Rede Vida, e destacou que a iniciativa poderia gerar

cerca de R\$ 7 trilhões para impulsionar as indústrias, a economia, o agronegócio e as vocações dos povos da floresta.

Combate à fraude no biodiesel - O Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos definiram, em reunião nesta quinta-feira (3), a operacionalização da doação de equipamentos para o combate às fraudes no mercado do biodiesel. A doação será feita por associações ligadas ao mercado de combustíveis. Mais informações [neste link](#).



Em evento na terça-feira (1), organizado pela BloombergNEF, Sandoval Feitosa comenta sobre a necessidade de rever subsídios hoje direcionados a geração distribuída. (Valor)

Bloomberg NEF calcula que eletrificação de transportes acontecerá independentemente de país zerar emissões. (Folha de S. Paulo)

No último ano, Ecoenel recolheu 6.500 toneladas de resíduos recicláveis; com o volume, foi evitada a emissão de 8,3 mil toneladas de gás carbônico. (Folha de S. Paulo)

Títulos são remunerados a IPCA mais 10,20% ao ano e vencem em 2043. (Valor)

Montante será utilizado para financiar uma parte da construção de um conjunto de 46 usinas em oito Estados. (Valor)

Novo teor de etanol na gasolina passa por testes; mudanças registradas não são significativas. (Estadão)

Para a agência de riscos, as métricas financeiras da estatal são saudáveis, com geração de caixa consistente e estrutura de custos sob controle, que mantém a alavancagem baixa. (Valor)

O clima ruim que se esperava para a reunião marcada para quinta à tarde entre o ministro Alexandre Silveira, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, e Marina Silva não aconteceu. (O Globo)

Países integrantes da organização concordaram em elevar a quantidade em 411 mil barris por dia em maio. (Poder 360,)

Mineradora dificultou inspeção antes do desastre, diz CGU; a empresa alegava que Lei Anticorrupção não se aplicava ao caso. (Poder 360)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviços da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em

seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

